

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.268 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2001

Agenda da Semana

Plenário examina crédito externo para o Pantanal

A pauta do Plenário do Senado para esta semana contém 37 proposições, entre elas projeto de resolução que autoriza o governo a tomar empréstimo externo de US\$ 82,5 milhões para financiar a primeira etapa do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal. Também serão discutidos dois projetos relativos à reforma política.

PÁGINA 3

Congresso se reúne para votar medidas provisórias

O Congresso Nacional tem sessão marcada para as 19h de amanhã, com o objetivo de votar medidas provisórias. A liderança do governo promete empenho para apreciação de boa parte das 42 MPs que tramitam atualmente no Legislativo, mas a oposição insiste em que seja aprovada antes a proposta de emenda constitucional que limita a edição dessas medidas. Caso isso não aconteça, os partidos oposicionistas poderão recorrer à obstrução.

PÁGINA 3



CI

Subcomissão ambiental elege presidente e relator

PÁGINA 2

CRE

Restrições ao uso de armas de fogo voltam a debate

PÁGINA 3

CAS

Facilidade para jogador virar técnico

PÁGINA 6



Diretores do Santos serão ouvidos amanhã

PÁGINA 6



Comissão faz diligências nesta semana em Campinas

PÁGINA 4

CAE

Vai a análise perdão de débito da Costa do Marfim

PÁGINA 3

CCJ

Lei de Concessão de Serviços Públicos pode ter mudança

PÁGINA 2

CMO

Secretário do Tesouro explica aumento da dívida

PÁGINA 4

CCJ avalia alterações na Lei de Concessão de Serviços Públicos

Osmar Dias sugere mais transparência e a observação de critérios sociais nas concessões

Em reunião marcada para as 10h de quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciará, em caráter terminativo, dois projetos do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que alteram a Lei de Concessão de Serviços Públicos. O primeiro deles, relatado por Roberto Requião (PMDB-PR), amplia a transparência dos contratos de exploração de serviços públicos, determinando que eles sejam publicados pela imprensa oficial. "É necessário aprimorar a legislação a fim de que o direito do usuário seja resguardado e se evite o surgimento de monopólios privados em conluio com governantes", justifica Osmar.

O projeto prevê ainda a publicação mensal na imprensa oficial de



Osmar Dias: "É necessário aprimorar a lei"

planilha com as receitas auferidas com concessões, assim como a destinação dos recursos, e a divulgação trimestral dos custos e receitas das concessionárias de rodovias. Requião apresentou parecer favorável, na forma de substitutivo, no qual propõe que as informações também sejam publicadas na Internet.

O segundo projeto, relatado por Álvaro Dias (PSDB-PR), determina que novas concessões sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social que analise questões como empregos gerados, o custo financeiro repassado aos agentes privados ou o efeito sobre a arrecadação de impostos. O relator é favorável, mas sugere que a matéria também seja apreciada pela CAE.

CI agenda debates e elege presidente e relator da subcomissão ambiental

Os integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) elegem amanhã o presidente e o relator da subcomissão permanente destinada a analisar acidentes causadores de danos ao meio ambiente. A princípio, a subcomissão dará prioridade ao acidente ocorrido na plataforma P-36 da Petrobras. Os nomes do presidente e do relator serão escolhidos entre os senadores Roberto Requião (PR), Gerson Camata (ES) e Alberto Silva (PI), todos do PMDB; Paulo Souto (BA) e Jonas Pinheiro (MT), do PFL; Fernando Matuzalém (PPB-RO) e Geraldo Cândido (PT-RJ).

A CI também deve decidir se marcará nova audiência para ouvir os presidentes da Petrobras, Henri Philippe Reichtul; da Associação

dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira; da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn; e o diretor da Federação Única dos Petroleiros, Maurício França Rubem.

Também será examinado requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) sugerindo a realização de audiência pública sobre o tema "Reforma Organizacional no Ministério dos Transportes", com a participação do ministro Eliseu Padilha e de dirigentes trabalhistas e patronais do setor de portos. Outro requerimento a ser examinado, da senadora Heloísa Helena (PT-AL), prevê a realização de audiência pública para discutir política energética, especialmente a crise no setor de energia elétrica.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 8/01, que autoriza a contratação de operação de crédito externo entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal — 1ª Fase; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, que veda a instituição de imposto sobre cadernos escolares; discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 206/95, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na Caixa Econômica Federal; votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 207/95, relativo a trabalho escravo; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 7/96, que propõe que o Senado inicie a discussão e votação dos projetos que interferem nas relações federativas; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99, que constitui as guardas municipais; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, que veda instituir imposto sobre cadernos escolares; PLS nº 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; PLS nº 76/99, que estende aos avós o direito de visita aos próprios netos; PLS nº 29/99, que amplia o direito de visitas aos filhos para os avós paternos e maternos; votação nominal do PLS nº 213/99 — Complementar; relativo ao mandato de senador; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão; PR nº 80/00, que autoriza a Petrobras a elevar o seu limite de endividamento em R\$ 3,3 bilhões; PR nº 5/01, que institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99, que trata das guardas municipais; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, que veda instituir imposto sobre cadernos escolares; discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLS nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLS nº 187/99, que altera o prazo de filiação partidária; PLS nº 110/00, que denomina "Rodovia Governador Ene Garcez" a rodovia BR-401; PLS nº 140/00, que denomina "Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo" trecho da BR 401 (RR); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão; PR nº 25/99, cria capela ecumênica no Senado; e Requerimento nº 100/01, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada do PLS nº 12/01, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 11/00, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLS nº 2/00, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 80/00, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 165/00, que denomina Sylvio Botelho trecho da Rodovia BR-174; PLS nº 91/00, altera a redação dos arts. 13 e 14 da Lei nº 5.700/71, que dispõe sobre a forma e a

apresentação dos símbolos nacionais, determinando o hasteamento diário da Bandeira Nacional em todos os prédios públicos; PLS nº 110/00, que denomina Palácio Desembargador Rivaldo Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba; PLS nº 62/00, denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho federal da BR-230 entre as cidades de Cajazeiras e João Pessoa (PB); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos presidentes das comissões de sindicância e de estatuto do Santos Futebol Clube, Leão Vidal Sion e Mário Melo Soares, respectivamente. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: eleição do presidente e do relator de subcomissão, entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

7h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 129/00, que aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre Brasil e Chile; PDL nº 238/00, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre os governos do Brasil e Bolívia; Requerimento nº 608/00, do senador Tião Viana, solicitando que o Senado formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, pelo flagrante desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de humilhações pelo regime Taliban; PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 50/00, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.542/43, para dispor sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 225/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica; PLS nº 184/00, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais; PLS nº 303/99, que dispõe sobre o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema; apreciação das emendas recebidas no turno suplementar ao substitutivo ao PLS nº 449/99 (arts. 92 e 282 — RLSF) — votação nominal, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde, possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares); PLS nº 63/00, que dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas a venda ou aluguel no país, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha"; PLS nº 30/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de quadro com informações sobre drogas psicoativas, lícitas e ilícitas, em lugares públicos; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 9*

14h30 — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado; e de Finanças e Tributação, Economia, Indústria e Comércio, e Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados

Pauta: exposição do presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga Neto, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo 5º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que determina que, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes ao Congresso nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Após a Ordem do Dia — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado

Pauta: definição dos próximos passos no processo que investiga se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar na conversa mantida com três procuradores da República, no início de fevereiro. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: Diversos nº 35/96, encaminha ao presidente do Senado o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 1995; Diversos nº 56/97, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis de 1997, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); e Aviso nº 32/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 651/99, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Itama com o objetivo de identificar eventuais falhas no processo de arrecadação, para a implementação de medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema de cobrança das receitas daquela autarquia. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 4*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprecia empréstimo para desenvolver o Pantanal

Também constam da pauta do Senado nesta semana, entre 37 proposições, matérias relativas a reforma política, limite de endividamento da Petrobras e ampliação das funções das guardas municipais

Entre as 37 proposições que constam da pauta do Plenário desta semana, os senadores devem votar, amanhã, projeto de resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a primeira etapa do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.

Segundo o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), os recursos serão destinados aos municípios de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul que fazem parte da Bacia do Rio Paraguai, e investidos em infra-estrutura, saneamento e tratamen-



Lúdio Coelho deu parecer favorável ao empréstimo para o Pantanal

to de água, para possibilitar o desenvolvimento de atividades econômicas que não agridam o ecossistema.

Na quinta-feira, o Plenário vota projeto de resolução que eleva em R\$ 3,33 bilhões o limite de endividamento da Petrobras. A medida,

de caráter temporário, busca o alongamento da dívida da empresa, sem aumento do endividamento real. O relator na CAE, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), é favorável à solicitação.

Outra iniciativa que deve ser analisada esta semana é a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a função das guardas municipais.

Atualmente, as guardas são responsáveis pela segurança de prédios e bens públicos e, pela proposta, poderão também vir a proteger a população. A PEC foi aprovada em primeiro turno na última terça-feira; a discussão em segundo turno inicia-se na quarta-feira e a votação final deve ocorrer no dia 12.

REFORMA POLÍTICA

Dois projetos que devem ser apreciados em Plenário nos próximos dias dizem respeito à reforma política. O primeiro deles, do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), entra em

pauta na quarta-feira e busca tornar o senador que esteja no meio do mandato inelegível para uma vaga no Senado. O relator na CCJ, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), concorda com a argumentação de que a proposta contribui para a lisura e moralidade das eleições.

Na quinta-feira, os senadores decidem sobre o projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que pretende ampliar o prazo de filiação partidária. Segundo o relator na CCJ, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a proposta pode ajudar a fortalecer os partidos.

De iniciativa do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a PEC que determina que os projetos de lei de autoria do Poder Executivo que interfiram nas relações federativas comecem a tramitar pelo Senado Federal tem votação marcada para quarta-feira. Os senadores também debatem nas sessões deliberativas da semana a PEC que proíbe a cobrança de impostos sobre o papel destinado à confecção de cadernos escolares. A proposta é de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

CAE analisa perdão de parte da dívida da Costa do Marfim

Em reunião marcada para amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa mensagem do governo federal solicitando autorização do Senado para que 80% de dívida de US\$ 27,9 milhões da Costa do Marfim com o Brasil seja perdoada e o pagamento do restante (US\$ 5,58 milhões) rees-



José Eduardo Dutra é favorável ao perdão da dívida

calonado em 23 anos. A intenção do governo é conseguir resgatar parte dos créditos considerados de difícil recuperação que possui com outros países. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável à operação.

Outro projeto do governo que consta da pauta da comissão determina que qualquer aumento de capital em empresas públicas ou sociedades de economia mista sob controle da União só possa ser feito com a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O senador Bello Parga (PFL-MA) relata a matéria favoravelmente.

Os senadores da CAE também devem apreciar mensagem em que o governo apresenta relatório acer-

ca de operação de troca de títulos da dívida externa, realizada em 2000 pelo Banco Central. Em seu relatório, o senador José Fogaça (PMDB-RS) diz que a operação que trocou papéis do tipo Brady por outros do tipo Global foi favorável ao país, reduzindo em US\$ 243 milhões o estoque de

dívida administrada pelo Tesouro.

O projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que determina a publicação trimestral na Internet dos balanços dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste também integra a pauta da CAE. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) apresentou relatório com voto favorável.

A CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), analisa ainda projeto já aprovado pela Câmara que exclui as benfeitorias realizadas com recursos públicos em imóveis rurais do cálculo da indenização na desapropriação de terras para fins de reforma agrária. O relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), é favorável à matéria.

Governo quer votação de MPs, mas oposição promete obstruir

As bancadas do governo e da oposição no Congresso Nacional podem ter duros embates esta semana em torno da votação de medidas provisórias. Tramitam atualmente 42 MPs e o líder do governo, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM) prometeu o empenho dos deputados aliados ao Executivo para votar boa parte delas. Ele anunciou a possibilidade de antecipar o horário da sessão conjunta, marcada para as 19h de amanhã, a fim de aumentar a presença de parlamentares.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a oposição vai usar o recurso da obstrução, prevista no Regimento do Congresso. As últimas 13 medidas provisórias votadas, disse ele, contaram com o apoio dos partidos de oposição para a garantia do *quorum* necessário à votação — maioria simples na Câmara e no Senado. “Agora acabou a trégua. O governo só vota as MPs se conseguir *quorum*”.

Dutra disse que a oposição não pretende discutir o mérito de nenhuma medida provisória e só aceita votá-las depois da aprovação da proposta de emenda constitucional

que limita a edição de MPs. O senador petista afirmou ainda que, ao tentar votar tantas MPs, o governo quer demonstrar que o Congresso está trabalhando e que a proposta de criação de uma CPI para apurar irregularidades no governo está definitivamente derrotada.

Encontram-se prontas para a votação, entre outras, a MP que estabelece a renegociação das dívidas dos municípios em moldes semelhantes aos praticados pelos governos estaduais em 1997; a que reduz de 20% para 10% a alíquota de Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos auferidos no resgate de quotas de fundos de ação, e a que diminui de 25% para 15% a alíquota cobrada nas remessas de *royalties* para o exterior.

SALÁRIO MÍNIMO

Completa a relação de MPs tramitando no Congresso a que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 180. O novo valor passa a vigorar a partir de 1º de abril. Comissão mista, cujos membros serão indicados pelos líderes partidários, vai analisar a proposta, que depois será submetida ao Plenário.

Apresentação dos símbolos nacionais vai a exame da CE

A Comissão de Educação tem reunião marcada para amanhã, às 11h30, para analisar uma pauta de dez itens, entre eles o projeto que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. A proposta, de autoria do deputado Ursicino Queiroz, tem como relator o senador Sebastião Rocha.

Também será examinado — em caráter terminativo — projeto do senador Mozarildo Cavalcanti que denomina Sylvio Botelho trecho da rodovia BR-174. Estão ainda na pauta o projeto que denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e o que denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho da BR-230 entre Cajazeiras e João Pessoa (PB).

As outras seis matérias são projetos de decreto legislativo outorgando ou renovando permissões e concessões para a exploração de serviços de radiodifusão nas cidades de Fortaleza, Caxambu, Governador Valadares, Rio Paranaíba, Sacramento e Blumenau.

Controle de armas de fogo volta à pauta da CRE

O parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre os projetos de lei que regulamentam o fabrico, depósito, trânsito, porte e posse de armas de fogo volta à pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) amanhã. A reunião tem início às 17h30. A matéria é considerada polêmica e o exame do parecer sofreu vários adiamentos, pois os autores dos projetos não concordam com o relator.

A CRE também apreciará a criação da Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, uma proposta do senador Paulo Hartung (PPS-ES). A Subcomissão tem o objetivo de acompanhar e promover debates sobre as consequências do possível ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Além disso, a CRE examinará voto de apoio do Senado ao governo brasileiro e ao Mercosul, “pelo firme posicionamento assumido em defesa da redução de barreiras comerciais impostas pela União Europeia aos produtos da região”.

Outro requerimento defende a formulação de um voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com o desrespeito às mulheres, “submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime Taliban”. O autor do requerimento é o senador Tião Viana (PT-AC), e o relator o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), que tem parecer contrário.

Conselho decide próximos passos de investigação

Órgão espera receber até quarta-feira perícia da Polícia Federal na fita enviada pela *IstoÉ*, com trechos da conversa de procuradores com ACM

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado volta a se reunir na quarta-feira para decidir os próximos passos no processo que investiga se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu a conduta parlamentar na conversa mantida em reunião com três procuradores da República, no início de fevereiro. O conselho já ouviu jornalistas da revista *IstoÉ* e os três procuradores, dois deles em reunião secreta, na noite da última quarta-feira.

O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou em entrevista que não vê necessidade de uma acareação entre o procurador Luiz Francisco de Souza e seus



Ramez Tebet não vê necessidade de uma acareação entre os procuradores da República

colegas Guilherme Schelb e Eliana Torelly, que participaram da con-

versa com Antonio Carlos.

O conselho espera receber até quarta-feira a perícia solicitada à Polícia Federal na fita enviada pela *IstoÉ*, que contém partes da conversa dos procuradores com Antonio Carlos Magalhães, gravada pelo procurador Luiz Francisco. A fita já foi degradada pelo especialista Ricardo Molina, mas existem trechos inaudíveis e os senadores, ao pedirem a perícia à Polícia Federal, esperam que algumas palavras ou frases sejam agora esclarecidas. O próprio Ricardo Molina informou ao conselho que está tentando degradar, agora com mais tempo, os trechos que sua equipe considerou inaudíveis da primeira vez.

Secretário do Tesouro expõe na CMO gastos com juros

O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, falará na quinta-feira à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o crescimento da dívida pública e os gastos da União no pagamento de juros. Será o primeiro debate de uma série programada pelos deputados e senadores para abordar pontos fundamentais da política econômica e que têm grande peso no Orçamento da União.

A ideia do presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), é levar especialistas e técnicos do governo para tratar de assuntos polêmicos, como aumento da carga tributária, dívida pública, crescimento do PIB, câmbio e gastos com juros. O objetivo é tornar mais compreensível o projeto orçamentário para a população, inclusive com a distribuição de cartilhas.

— A dívida federal cresceu por vários motivos, entre eles a rolagem das dívidas de estados e municípios. Nesses debates, vamos esmiuçar a dívida pública, para esclarecer à população por que chegamos aos números atuais — diz Goldman.

O Orçamento de 2001 prevê que a dívida pública bruta da União, no mercado interno e no exterior, chegará a R\$ 873,6 bilhões em 31 de dezembro próximo. No entanto, descontados os empréstimos a estados, municípios, empresas e pessoas, a dívida líquida federal cai para cerca de R\$ 350 bilhões. O gasto lí-

quido com juros desta dívida deverá ficar neste ano em R\$ 45,4 bilhões. O Banco Central informou no último dia 27 que o endividamento total do setor público (estados, municípios e União) chegou a R\$ 575,3 bilhões no dia 28 de fevereiro — exatamente 50% do Produto Interno Bruto (PIB).

Alberto Goldman afirma ainda que as audiências públicas vão esclarecer a verdadeira carga tributária do Brasil, mencionada constantemente como sendo de 31% do Produto Interno Bruto (PIB). “Este percentual é considerado muito elevado, mas é um cálculo bruto, pois inclui as contribuições previdenciárias e o FGTS, que, no final, se transformam em salários indiretos”, observa o deputado.

Um dos debates seguintes, com a presença de economistas independentes, abordará o tema governabilidade e teto do endividamento público. Além dos debates, deputados e senadores compareceram a visitar as maiores obras estaduais executadas com dinheiro da União.

A programação irá até o final deste semestre, quando a comissão estará examinando o projeto de revisão do Plano Plurianual, o qual estabelece as prioridades de investimentos federais até o final de 2003. O Congresso já aprovou o Plano Plurianual, mas o assunto volta ao debate por conta de modificações que o Executivo fez no projeto.

CPI do Roubo de Cargas faz diligências em Campinas

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga o roubo de cargas em todo o país realiza, nos dias 5 e 6 de abril, audiências públicas e diligências na cidade de Campinas (SP), tida como uma das maiores bases utilizadas pelo crime organizado no setor.

Segundo o detento Jorge Méres, que colabora com as investigações da CPI, a quadrilha situada na cidade tem vinculações com grupos espalhados por 14 estados brasileiros. O empresário William Sozza, apontado como o cabeça do esquema de roubo de cargas em Campinas, está preso e tem-se recusado a cooperar com os trabalhos da CPI, apesar de encontrar-se ameaçado de morte.

De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, o objetivo da visita a Campinas é chegar aos recepta-



Romeu Tuma esclarece que o objetivo é chegar aos receptadores de carga roubada

dores de carga roubada, que, para ele, seriam os principais responsáveis pelo crescimento dessa prática criminosa no país. Dados levantados por associações de transportadores de cargas apontam para prejuízos da ordem de R\$ 500 milhões por ano em decorrência da ação das quadrilhas.

PRINCIPAIS FALHAS DO SISTEMA, SEGUNDO A UNICAMP

- O sistema possui unidades para disquetes, o que permitiria a gravação de arquivos de votações.
- Pode-se gravar uma lista com os votos dos senadores durante o processo de votação secreta.
- As senhas usadas pelos 81 senadores para dar o voto no painel ficam armazenadas no sistema, o que permitiria sua obtenção.
- As informações das sessões secretas não são criptografadas (codificadas), tendo assim formato recuperável.
- As senhas de acesso ao sistema de computadores ligados ao painel são óbvias, permitindo que sejam identificadas mediante exercícios simples.
- O voto de um senador pode ser alterado durante a votação, desde que alguém conheça a senha do senador.
- Os cabos que interligam os computadores de votação estão desprotegidos. Isso permite que se instale um “grampo” na rede, para conhecer informações ou até mesmo alterá-las.

Saem dia 11 conclusões sobre o painel

A comissão do Senado que investiga a vulnerabilidade do sistema de votações secretas do Plenário apresentará suas conclusões dia 11 de abril, informou seu presidente, Dirceu Teixeira de Matos. A comissão terá o respaldo do laudo preparado pelos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) e poderá apontar os nomes dos responsáveis pela fragilidade do sistema de votações.

Os peritos da Unicamp concluíram que o sistema é vulnerável, mas não apresentaram provas de que tenha sido retirada dos computadores do painel alguma lista com os votos dados na sessão secreta que cassou o ex-senador Luiz Estevão, em junho do ano passado. As con-

clusões da comissão de investigação serão entregues ao presidente do Senado, Jader Barbalho; ao primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE); ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet (PMDB-MS); e ao corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Caso a comissão aponte responsáveis pela vulnerabilidade do painel, caberá ao primeiro-secretário abrir processo administrativo para possíveis punições. Já o presidente do Senado, se concordar com as sugestões da comissão para reduzir as fragilidades do sistema de votações, deverá determinar as mudanças necessá-



Jader Barbalho determinou as investigações sobre as denúncias de violação do painel eletrônico

rias. Os peritos da Unicamp encontraram 18 falhas no sistema eletrônico de votações secretas.

Previdência e guerra fiscal, temas do Plenário

Além das propostas que regulamentam os fundos de pensão e o poder do Senado de fixar as condições para a oferta de benefícios fiscais pelos estados, senadores aprovaram também PEC que amplia atribuições das guardas municipais

O Plenário aprovou na semana passada dois projetos de regulamentação da reforma da Previdência Social e propostas de emenda constitucional destinadas a ampliar a atuação das guardas municipais e a limitar a guerra fiscal entre os estados, por meio de autorização ao Senado para fixar as condições para a oferta de benefícios fiscais pelos estados.

Um dos projetos da reforma previdenciária regulamenta o regime de previdência complementar e prevê incentivos para o estabelecimento de novos fundos de pensão. O outro define o relacionamento entre os três níveis de governo – União, estados e municípios – e as suas próprias entidades de previdência.

A proposta de emenda constitucional do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que amplia a atuação das guardas municipais inclui entre suas atribuições a proteção da população local e de

logradouros públicos. O texto prevê ainda a criação, pela União, de uma guarda nacional destinada a proteger seus bens, serviços e instalações.

Foi também aprovada, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que garante ao Senado competência para regulamentar a concessão de incentivos fiscais pelos estados, definindo para cada região do país os critérios de estímulo à atração de investimentos.

Entre os projetos acolhidos na semana passada pelo Plenário está o que garante às entidades sindicais o direito de acesso livre e gratuito a informações do governo a respeito de registros administrativos como os da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Foi também aprovado projeto que institui o Dia Nacional da Ciência, em 8 de julho.

Isenção de multa para atraso de registro

Uma das propostas aprovadas pelo Plenário isenta os pais que deixarem de fazer declaração de nascimento de seus filhos no prazo legal – 15 dias ou três meses, no caso de locais que fiquem a mais de 30 quilômetros de um cartório – do pagamento de multa equivalente a 10% do salário mínimo. Em outra decisão da semana passada, foi aprovada a indicação do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Senado aprovou também projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma que, com o objetivo de reprimir com maior ri-

gor a conduta criminosa quando havida com violência ou grave ameaça, aumenta o período de cumprimento da pena necessário para a transferência para regime mais brando.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que destina a obras de infra-estrutura recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame de emenda de Plenário. Foi ainda acolhido substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado que disciplina a concessão de financiamentos a projetos de irrigação executados por empresas privadas.

Comissão Brasil-Canadá reúne-se amanhã

A comissão temporária destinada a examinar as relações bilaterais entre Brasil e Canadá realiza amanhã sua primeira reunião. Segundo o presidente da comissão, senador Roberto Freire (PPS-PE), no encontro serão definidos a rotina e o cronograma de trabalho e anunciadas algumas providências práticas, como o convite ao Ministério das Relações Exteriores para que designe um representante encarregado de acompanhar as atividades da comissão.

Freire informou que irá comunicar aos senadores a realização de uma audiência pública destinada a ouvir representante da Embraer sobre a disputa comercial com a empresa canadense Bombardier, motivo dos conflitos entre Brasil e Canadá. A comissão foi criada a requerimento de Freire apresentado no ano passado, logo depois que o Brasil foi condenado por prática indevida de subsídio à Embraer na Organização Internacional do Comércio.



Plenário aprovou também livre acesso de entidades sindicais a dados do governo a respeito de relações de trabalho

Três CPIs foram criadas na semana passada

Três novas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) foram criadas na semana passada. Uma delas, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), pede que seja investigada a prática da biopirataria – roubo de espécimes animais e vegetais – no país. A segunda, solicitada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), vai apurar supostas irregularidades praticadas no âmbito do sistema penitenciário do país.

A terceira CPI, solicitada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), destina-se a investigar as demarcações de terras indígenas, especificamente na faixa de fronteira



Marluce Pinto, relatora da CPI sobre as ONGs

do país. Foi também instalada a CPI que vai investigar supostas irregularidades envolvendo organizações não-governamentais, que terá como presidente Mozarildo Cavalcanti e como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Durante audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, afirmou que o acidente com a P-36 “é uma grande incógnita”, mas considerou “uma questão de honra” o esclarecimento das razões que levaram às três explosões e ao afundamen-

to da plataforma.

O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, disse à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que nos últimos dois anos o Brasil vem cumprindo rigorosamente as metas do Programa de Estabilização Fiscal, com o superávit consolidado do setor público atingindo o equivalente a 3,56% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado.

A Comissão de Educação (CE) aprovou o envio de uma moção ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que estenda o prazo de inscrição dos estudantes no Programa de Financiamento do Ensino Superior (Fies) e reveja os critérios de inscrição no programa, que somente é permitida através da Internet.

Agenda movimentada nas comissões

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram parecer favorável ao pedido do governo federal para contratar operação de crédito de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinada a financiar a primeira fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.

A CPI mista que está investigando o roubo de cargas aprovou requerimento do senador Moreira Mendes (PFL-RO) pedindo que o Tribunal de Contas do Maranhão seja comunicado de que o prefeito de Amapá do Maranhão, Aveny Andrade Pacheco, que depôs

na terça-feira na comissão, confessou ter cometido crimes contra a administração pública.

Para evitar que as empresas tenham o pagamento das comissões dos vendedores até a cobrança total dos valores da venda, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável a projeto da Câmara que obriga as empresas a pagarem, integralmente, as comissões e percentagens dos vendedores nos negócios que tenham sido objeto de parcelamento.

Os ex-presidentes do Fluminense Manoel Schwartz e José Pereira Antelo denunciaram à CPI do

Futebol que o também ex-presidente Álvaro Barcelos recebeu antecipadamente cotas a que o clube tinha direito junto ao Clube dos 13 para pagamento de salários, mas pagou os jogadores profissionais com 32 cheques sem fundo.

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou três requerimentos de solicitação de informações ao Banco Central, à Receita Federal e ao Ministério Público sobre as investigações em torno do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho Caldas Pereira e diversas pessoas e empresas ligadas a ele.

CPI do Futebol ouve dirigentes do Santos

Geraldo Althoff, relator da comissão, pretende apurar denúncias de irregularidades na gestão do ex-presidente Samir Abdul-Hak. Serão tomados os depoimentos de presidentes do conselho de sindicância e da comissão de estatutos do clube

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro vai ouvir amanhã, logo depois da Ordem do Dia do Senado, o presidente do conselho de sindicância do Santos, Leão Vidal Sion, e o presidente da comissão de estatutos do clube, Mário Mello Soares. O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), quer apurar as denúncias de irregularidades no Santos durante a gestão do ex-presidente Samir Abdul-Hak.

Os senadores da CPI esperam também ter acesso nesta semana às demonstrações financeiras completas e ao livro com registros da contabilidade, todos relativos ao período de 1995 a 2000, das seguintes entidades: Confede-

ração Brasileira de Futebol (CBF) e federações de futebol do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Os documentos requeridos pela CPI são balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração das origens e das aplicações dos recursos e das mutações patrimoniais.

Há várias denúncias na CPI sobre desvio de rendas de jogos de futebol com a participação ou convivência de funcionários e dirigentes das federações, irregularidades administrativas e participação irregular das federações nas receitas dos clubes. A CPI também requereu uma cópia do contrato de patrocínio firmado pela Federação Paulista de Futebol com o

Banco VR, pelo qual este estabelecimento paga R\$ 41 milhões anuais pelos direitos sobre o Campeonato Paulista de Futebol.

O relator da comissão quer também toda a documentação relativa à compra do jogador iugoslavo Petkovic pelo Flamengo ao Venezia, da Itália. O Flamengo pagou US\$ 6,5 milhões, mas o Venezia recebeu apenas US\$ 4,5 milhões. O presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva, argumenta que pagou US\$ 2 milhões pela intermediação do negócio a uma empresa chamada Lake Blue, que tem sede em um paraíso fiscal do Caribe. O senador Geraldo Althoff quer saber por que foi necessária a intermediação da Lake Blue.



Geraldo Althoff quer também a documentação relativa à compra do jogador Petkovic

CAS analisa projeto que permite ao jogador exercer profissão de técnico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa na quarta-feira, às 9h, pauta de doze itens, entre os quais projeto de autoria do ex-senador Luiz Estevão que altera a legislação relativa ao exercício da atividade de treinador



Maguito Vilela deu parecer favorável ao projeto que está na pauta da comissão

futebol, possibilitando aos jogadores exercerem a profissão. A matéria, que tem parecer favorável do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), foi retirada de pauta na sessão do dia 28 de março e

teve sua apreciação adiada.

Outro projeto que deverá ser analisado pelos senadores da CAS, em decisão terminativa, estabelece que o seguro-desemprego passará a ser concedido aos trabalhadores vinculados a atividades sazonais ou temporárias. A proposta foi apresentada pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Na reunião do dia 13 de dezembro do

ano passado foi concedida vista ao senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Também na área trabalhista, está incluído na pauta da CAS projeto de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que fixa o limite máximo de 25% do total de vagas que as empresas podem ocupar com empregados contratados por meio de leis de incentivos. A discussão da matéria já foi concluída na reunião do dia 13 de dezembro, mas a votação foi adiada por falta de *quorum*. O parecer do relator *ad hoc*, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi pela aprovação. A decisão é terminativa.



Ney Suassuna promete analisar 400 matérias que estão à espera de parecer

da CFC, previstas na Constituição, que, a seu ver, não têm sido aproveitadas. "A CFC exercerá todo o poder que lhe compete", afirmou.

CFC analisa relatórios do TCU sobre contas do governo

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza na quarta-feira reunião para examinar 25 matérias. Entre elas está o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 1995, e as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, feitas pelo Banco do Brasil. A CFC também analisa a auditoria de desempenho realizada

pelo TCU no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com o objetivo de verificar eventuais falhas no recolhimento de receitas da autarquia.

O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), prometeu analisar as 400 matérias que estão à espera de parecer da comissão. O senador prometeu ainda utilizar todas as prerrogativas

Marina anuncia transmissão da Rádio Senado em ondas curtas

Em setembro próximo, a Rádio Senado vai dar início à transmissão das atividades dos senadores no Plenário e nas comissões através do sistema de ondas curtas da Radiobrás, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, na frequência de 5.990 kHz, faixa de 48m. A informação foi dada em Plenário, na sexta-feira, pela senado-

ra Marina Silva (PT-AC).

Marina destacou a importância da iniciativa, que, segundo ela, permitirá às pessoas acompanharem os trabalhos parlamentares "onde a televisão ainda não chegou". A senadora reconheceu o empenho do diretor da Rádio Senado, Sílvio Hauagen, e equipe, "que esteve à frente e sempre se esforçou para que isso acontecesse".

Pesar pela morte da mãe de Emília

A senadora Marina Silva lamentou, na sexta-feira, o falecimento da senhora Elça Moraes Xavier, mãe da senadora Emília Fernandes (sem partido-RS), ocorrido na

noite do último dia 29, em Santana do Livramento (RS). Na presidência dos trabalhos, o senador Edison Lobão (PFL-MA) solidarizou-se com a manifestação de pesar.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Agenda Econômica* – O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre turismo
7h30 – *Entrevista* – O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, fala sobre as experiências judiciais Brasil-Portugal
8h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 – *Saúde/Unip* – *Diabetes* – Parte 1
9h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Audiência pública para debater a PEC 29/2000, que "introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário". Convidados: Almir Pazzianotto, ministro do TST, e o tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, ministro do STM (gravado)
11h30 – *Idéias* – Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h – *Especial* – Nações indígenas: Xerente
12h30 – *Entrevista* – O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, fala sobre as experiências judiciais Brasil-Portugal
13h – *Fala Cidadã* – Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
13h30 – *Agenda Econômica* – O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre turismo
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – *Entrevista* – O sen. Agripino Maia fala sobre

a reunião dos governadores no BID
19h – *Idéias* – Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
19h30 – *Agenda Econômica* – O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre turismo
20h30 – *Entrevista* – O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, fala sobre as experiências judiciais Brasil-Portugal
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado Federal
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Viana relata encontro com o secretário nacional de Esporte

O senador Tião Viana (PT-AC) relatou, em Plenário, encontro que teve com o secretário nacional de Esporte e Turismo, Lars Graell, no qual foram abordadas questões como o combate às drogas e a utilização do esporte para integração social. Viana elogiou o encontro, afirmando que Graell está empenhado em “promover atividades sociais vinculadas a compromissos éticos”. Participou também da reunião a senadora Marina Silva (PT-AC).

O secretário, disse o senador, mostrou-se interessado nos problemas da Amazônia. “Ele é um cidadão capaz de entender o que representa um pequeno estado da região amazônica em suas rein-



Tião Viana: Graell vincula “atividades sociais a compromissos éticos”

dicações”, afirmou. A conversa com Graell, acrescentou, tratou também da situação das drogas e dos meninos de rua no Brasil.

Tião Viana afirmou que todos no encontro foram unânimes “em entender que o esporte é um grande vetor da integração, um grande vetor de construção de um modelo capaz de integrar a sociedade brasileira”. Ele reclamou da injusta relação entre os estados da Amazônia e do Sudeste no Orçamento Geral da União. Considerou “lamentável” o fato de o orçamento ter destinado, ano passado, cerca de R\$ 1,8 milhão para atividade cultural na Amazônia, enquanto o Sudeste recebeu aproximadamente R\$ 28 milhões.

Lúcio Alcântara condena idéia de extinguir a Sudene

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) repudiou em Plenário a proposta de extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ele argumentou que o desenvolvimento da região “resulta dos programas de atuação da Sudene, envolvida no fomento à agropecuária, à indústria de transformação, ao comércio e aos serviços”, ao ressaltar os avanços propiciados pela política de incentivos fiscais e financeiros do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

Desde a criação da Sudene, em 1959, foram financiados 2.125 projetos com recursos do Finor, que injetou mais de R\$ 43 bilhões na região e gerou cerca de 460 mil empregos diretos, informou o senador. Alcântara disse que, em 1999, o Produto Interno Bruto (PIB) nordestino chegou a R\$ 174 bilhões e obteve crescimento superior à marca nacional, comportamento que se deveu sobretudo ao desempenho da agropecuária (10,6%), da construção civil (4,4%), do transporte ferroviário (11,6%) e das comunicações (6,4%).

O senador ressaltou iniciativas sociais incentivadas pela Sudene. Mencionou, por exemplo, o Programa Federal de Combate aos Efeitos da



Lúcio Alcântara: Sudene contribuiu para gerar mais de 460 mil empregos

Seca, que, no auge da estiagem, distribuiu 3 milhões de cestas básicas ao mês, em 1.418 municípios do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. E citou resultados do programa Água na Escola, que já beneficiou 20 mil alunos de 881 escolas rurais da região.

Segundo Alcântara, a Sudene se tornou alvo de estudos de mudança institucional em 99, quando foi proposta sua transformação em agência de desenvolvimento. O objetivo seria conferir maior agilidade na organização de políticas de desenvolvimento regional, e não extinguir a autarquia.

Mesmo ciente das irregularidades atribuídas aos órgãos regionais, ele lembrou que a Sudene conseguiu promover, a despeito das restrições naturais e socioeconômicas do Nordeste, avanços no desenvolvimento regional.

— Não podemos permitir que nossa região seja atendida de forma ineficaz em seu processo de desenvolvimento pela carência de um agente como a Sudene. Ao contrário, temos que elevar cada vez mais a sua possibilidade de atuação, fornecendo meios necessários à sua modernização e os recursos para a implementação de seus relevantes programas — finalizou.

Marina quer adiar a votação de MP que regula recursos genéticos

Senadora adverte que, além de ser questionada na Justiça, a medida poderia legalizar contratos de biopirataria anteriores à sua publicação

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez um apelo, sexta-feira, para que as lideranças governistas retirem da pauta da sessão deliberativa de amanhã a medida provisória que regula os recursos genéticos e biológicos. Alvo de ações de inconstitucionalidade, essa MP legalizaria, segundo a senadora, contratos de biopirataria anteriores à sua edição. Diante do seu caráter polêmico e da complexidade do tema, ela defende a formação de comissão especial para formular, a partir de audiências públicas, um parecer capaz de aperfeiçoar a matéria.

Marina Silva fez o alerta por temer a regularização de um negócio firmado entre a organização social Bio-Amazônia e a empresa Novartis, referente ao repasse de 10 mil cepas de espécies da Amazônia. Apesar de a entidade ter participação governamental, a senadora petista disse que o Ministério do Meio Ambiente não foi consultado nem deu aval para a transação.

Para a senadora, há outros aspectos “duvidosos”. Segundo ela, ao não reconhecer a autonomia das comunidades indígenas sobre seu território, a proposta fere a Consti-

tuição. Também peca por não definir a autoridade responsável pelo controle dos recursos genéticos e biológicos nacionais, o que dificultaria a fiscalização do Congresso. Ela adverte ainda que, na falta de controle social desses recursos, “o governo perde a batalha para os aliados da biopirataria”.

— Não podemos admitir que todo esse patrimônio seja tratado por um instrumento provisório, quando seria necessária uma lei para preservar esse bem estratégico — disse.

BIODIVERSIDADE

No mesmo discurso, Marina comentou sua participação em seminário promovido pela Câmara sobre a regulamentação da biodiversidade. Embora o Brasil tenha ratificado, em 1994, a convenção da Rio-92 que garante a autonomia dos países sobre seus recursos genéticos e biológicos, ela diz que o governo ainda não apresentou projeto de lei regulando esse acesso.



Marina: governo pode “perder a batalha para os aliados da biopirataria”

Ainda sobre a matéria, Marina registrou a aprovação, pelo Senado, de projeto de sua autoria, aperfeiçoado por substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que reuniu as sugestões apresentadas em cinco audiências públicas e um *workshop*. No momento,

o projeto aguarda apreciação da Câmara, ao lado de iniciativas correlatas do deputado Jaques Wagner (PT-BA) e do Executivo.

A senadora também fez referência à proposta de emenda constitucional do Executivo que considera o patrimônio genético do país bem da União. Embora sem posição fechada sobre a questão, Marina teme que, ao se tornar fiel depositário dessa reserva, o governo tente privatizá-la.

— O Congresso deve debater essa proposta com mais profundidade, pois o Brasil detém 22% de todas as espécies vivas do mundo e 20% da água doce do planeta — assinalou.

Freire propõe que verbas do Sistema S sejam usadas para pagar correção do FGTS

Em vez de aumentar em 0,5% a contribuição das empresas para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs sexta-feira que 0,5% dos recursos destinados ao chamado Sistema S, os serviços sociais da indústria e do comércio, seja repassado ao fundo. A medida, argumentou, evitaria o aumento do “custo Brasil”, já que a atividade produtiva não seria onerada com o aumento dos encargos trabalhistas.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), classificou a proposta de Freire como “criativa e interessante”, e comprometeu-se a levar a sugestão ao ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dorneles, e ao secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira.

Com o reajuste de 0,5% na contribuição para o FGTS e o aumen-



Freire: recursos dos serviços sociais poderiam substituir o aumento da contribuição para o FGTS

trabalhadores.

Freire manifestou-se favorável ao aumento na multa por rescisão de contrato, argumentando que a medida vai impedir ou diminuir a rotatividade da mão-de-obra, inclusive como forma de reduzir o salário médio do trabalhador brasileiro.

As propostas do governo devem ser enviadas ao Congresso em forma de projeto de lei, com prazo constitucional de 90 dias para análise e aprovação.

Em seu discurso, o senador Roberto Freire também fez um apelo para que os tribunais regionais eleitorais exerçam com agilidade sua competência na análise de recursos. Ele citou o caso do prefeito de Poço Verde, em Sergipe, cassado por irregularidades e crimes eleitorais e que, devido a um recurso judicial, permanece à frente da prefeitura.

Arruda aponta avanços do Plano Nacional de Segurança

Líder do governo no Senado faz balanço dos resultados obtidos até agora pelo programa e afirma que “segurança pública se consegue com investimentos e trabalho, não com demagogia”

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), fez um balanço, na sexta-feira, dos resultados obtidos até agora com o Plano Nacional de Segurança, destacando que “segurança pública se consegue com investimentos e trabalho, não com demagogia”. Esse plano, observou o parlamentar, é uma das prioridades do governo federal para o biênio 2001/2002, usando recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.



Arruda cita dados do Ministério da Justiça sobre os investimentos feitos em segurança pública

Arruda lembrou que, para a região do Entorno do Distrito Federal, foram destinados R\$ 26,4 milhões, dinheiro que será utilizado para aquisição de viaturas e de equipamentos de informática, construção de centros integrados de operações e de um batalhão militar em Águas Lindas (GO), bem como instalação de duas unidades do Instituto Médico Legal (IML), em Luziânia (GO) e Formosa (GO), além de outros investimentos.

— O ministro da Justiça assinou vários convênios com estados e prefeituras, destinando recursos de 26 milhões de reais para reforma e construção de unidades

prisionais no Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Paraíba, além de fazer a entrega de 80 viaturas para as polícias civil e militar do DF e enviar 4,5 milhões de reais para a construção de duas novas delegacias de polícia — destacou o senador.

Com base em dados fornecidos pelo Ministério da Justiça, Arruda fez um balanço dos principais resultados conseguidos até o momento, observando que foram inauguradas 18 delegacias da Polícia Federal e adquiridas 900 viaturas. O quadro da Polícia Federal foi acrescido de 300 postos e também foi aprovado pelo Con-

gresso Nacional projeto de lei para criação de outros 2.000 cargos na instituição.

Na repressão a drogas, o balanço aponta a apreensão de 96 toneladas de maconha e 1,5 tonelada de cocaína, bem como a retirada do mercado de 42 mil comprimidos de Ecstasy. Na área de desarmamento da sociedade e controle de armas, destacou o parlamentar, apenas em operações realizadas no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Santa Catarina e São Paulo, foram apreendidas 3.039 armas, além de 30 mil cartuchos de munição e 296 granadas.

O treinamento de policiais, o reaparelhamento das polícias e a intensificação do policiamento em áreas críticas, juntamente com a implantação da polícia comunitária, ganharam R\$ 251 milhões, via convênios assinados pelo governo federal com todos os estados e o DF, acrescentou Arruda, que lembrou, ainda, a ampliação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Segundo ele, foram destinados quase R\$ 6 milhões para a duplicação da atual rede de atendimento do programa, que hoje mantém 280 testemunhas.

Brasil terá dificuldades para concorrer na Alca, alerta Luiz Otávio

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) alertou na sexta-feira para as dificuldades que o Brasil enfrentará no momento em que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) for realidade, quando terá de concorrer com países desenvolvidos como os Estados Unidos e o Canadá.

Ele lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso se encontraria ainda na sexta-feira com o presidente George Bush, que nunca escondeu sua intenção de antecipar a data do estabelecimento da Alca de 2005 para 2003. Segundo Luiz Otávio, Fernando Henrique Cardoso teria que ser firme para opor-se à antecipação, argumentando que, sem o Brasil, a Alca não fará sentido.

Luiz Otávio listou os pontos de estrangulamento econômico que



Luiz Otávio acredita que “mesmo com o prazo de 2005 o Brasil terá pouco tempo para se preparar”

o Brasil precisará enfrentar, com urgência, se quiser beneficiar-se das oportunidades da Alca. O mais importante, em sua avaliação, é a reforma tributária, para acabar com o cipoal de impostos e com a fiscalização pulverizada e múltipla. “No caso de transporte de mercadorias, por exemplo, temos a Receita Federal, duas polícias e cada estado fazendo questão de fiscalizar entrada e saída de mercadorias em seu território”, disse.

Para comparar, Luiz Otávio citou o caso da União Européia, onde um caminhão sai de Portugal, em uma das extremidades do continente, atravessa vários outros países e somente é fiscalizado e cobrado em seu destino final. “É fácil imaginar a economia de tempo e de dinheiro, bem como a dinamização das trocas comerciais”, disse.

O senador citou, ainda, as deficiências na logística portuária, na infra-estrutura das estradas e nos serviços de telefonia — que, observou, depois da privatização trouxeram problemas de acesso entre determinados pontos extremos de algumas regiões — para concluir que “mesmo com o prazo de 2005 para a Alca o Brasil terá pouco tempo para se preparar”.

Nabor quer ouvir ministro sobre extinção da Sudam e da Sudene

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) sugeriu que as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realizem reunião conjunta para ouvir as explicações do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre os projetos do governo visando à substituição das atuais Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) por novas estruturas organizacionais que tenham as mesmas incumbências.

Para Nabor, que já apresentou requerimento à CI nesse sentido, essa será a melhor maneira de os senadores esclarecerem suas dúvidas e manifestarem suas preocupações sobre o assunto. Ele informou que o próprio ministro, em audiência ocorrida na terça-feira em conjunto com outros parlamentares da bancada do Acre, manifestou disposição de comparecer à Casa para esclarecer a intenção do governo.

Segundo Nabor, Fernando Bezerra antecipou que não apóia a extinção das superintendências por meio de medida provisória, mas sim pela apresentação de projeto de lei, de modo a permitir a ampla discussão da matéria pelos deputados e senadores.

— Existem distorções, principalmente na política de incentivos fiscais implementada pelas superintendências, e esses pontos precisam ser corrigidos. Mas esses organismos não podem simplesmente deixar de existir, pois ajudam no combate às desigualdades regionais — afirmou o senador.

Em aparte, o senador Tasso Rosado (PMDB-RN) apoiou a realização da audiência com o ministro, manifestando sua confiança na capacidade gerencial e administrativa de Fernando Bezerra.

— Conhecendo o ministro como conheço, gostaria de tranquilizar a bancada dos estados atingidos pelas mudanças, pois sei que o que ele fizer será para melhorar e nunca para piorar — declarou Rosado.



Nabor Júnior sugere reunião conjunta da CI e da CAE para ouvir Fernando Bezerra

ra antecipou que não apóia a extinção das superintendências por meio de medida provisória, mas sim pela apresentação de projeto de lei, de modo a permitir a ampla discussão da matéria pelos deputados e senadores.

— Existem distorções, principalmente na política de incentivos fiscais implementada pelas superintendências, e esses pontos precisam ser corrigidos. Mas esses organismos não podem simplesmente deixar de existir, pois ajudam no combate às desigualdades regionais — afirmou o senador.

Em aparte, o senador Tasso Rosado (PMDB-RN) apoiou a realização da audiência com o ministro, manifestando sua confiança na capacidade gerencial e administrativa de Fernando Bezerra.

— Conhecendo o ministro como conheço, gostaria de tranquilizar a bancada dos estados atingidos pelas mudanças, pois sei que o que ele fizer será para melhorar e nunca para piorar — declarou Rosado.

Lauro propõe investigar por que o governo não quer CPI

O senador Lauro Campos (PT-DF) sugeriu na sexta-feira a criação de comissão parlamentar de inquérito para apurar por que o governo está “abafando” a instalação da CPI da Corrupção. Ele salientou que o Palácio do Planalto vem exercendo “uma tremenda pressão” sobre o Congresso

para evitar que sejam apurados atos de corrupção no governo, e que de nada adiantarão as alegações dos líderes governistas de que a CPI não tem propósito específico para iniciar os seus trabalhos.



Lauro: “Não tenho dúvidas de que a corrupção tomou conta das nossas instituições”

— Não existe nada de puro, específico ou determinado no mundo, e não tenho dúvidas de que a corrupção tomou conta das nossas instituições neste governo despota, autoritário e corrupto — disse ele.

No mesmo pronunciamento, Lauro fez uma análise do desenvolvimento da tecnologia, acentuando que a Inglaterra é uma das principais responsáveis pelo atraso tecnológico brasileiro, porque praticamente impediu que, há quase um século, o país produzisse máquinas e equipamentos.